



O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - Declaro aberta a presente Reunião de audiência pública da Comissão de Educação, atendendo a Requerimento nº 471, de 2018, de minha autoria, Deputado Pedro Fernandes, para debater a expansão da banda larga por meio do satélite geoestacionário com objetivo de conectar todas as escolas à Internet.

Chamo para compor a mesa os nossos convidados, Sr. Jarbas José Valente, Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRAS, e Sr. Américo Tristão Bernardes, Diretor do Departamento de Inclusão Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Antes de passar palavra aos convidados, informo que esta reunião está sendo gravada para posterior transcrição e, por isso, solicito a todos que forem usar a palavra falar ao microfone.

Informo, ainda, que esta audiência é interativa: está sendo transmitida ao vivo pela Internet, no *site* da Comissão de Educação. A participação dos internautas já está aberta e se dá por um *chat*, pelo qual poderão enviar perguntas para os Deputados ou para os convidados. As perguntas que forem melhor ranqueadas serão apresentadas aos palestrantes.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios: cada expositor terá um prazo de 20 minutos para sua exposição, não podendo ser aparteadado; o debate será aberto ao final, e as perguntas deverão se restringir ao assunto da exposição.

Informo aos Parlamentares que a lista de inscrição para os debates se encontra na nossa mesa de apoio. Solicito aos Deputados interessados em interpelar os presentes que se inscrevam previamente.

Vamos passar à exposição.

Concedo a palavra ao Sr. Jarbas José Valente, Presidente da TELEBRAS.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE - Bom dia a todos e a todas.

Agradeço ao Deputado Pedro Fernandes por mais esta oportunidade de estar aqui hoje, como convidado, para apresentar o projeto Educação Conectada: como é que está andando, quais são seus principais objetivos, a sua estrutura.

Eu vou fazer uma pequena apresentação, só para contextualizar, e depois nós entramos exatamente no projeto Educação Conectada.

(Segue-se exibição de imagens.)



Hoje falaremos aqui sobre a expansão da banda larga, especialmente do projeto Educação Conectada.

Aqui é o escopo regulatório, pelo qual a TELEBRAS foi reinserida no mercado para que pudesse viabilizar as políticas públicas para atendimento e levar a banda larga para as áreas onde ela não existe. Ela tem que prover: rede privativa de comunicação para a administração pública federal, que é exatamente o que estamos fazendo agora, aqui, para o Ministério da Educação e para escolas; suporte a políticas públicas de conexão à Internet; e suporte à administração e entidades sem fins lucrativos, o que também está sendo atendido agora, com os quilombolas, os postos de fronteiras e várias áreas agrícolas ou escolas agrícolas Brasil a fora.

Além disso, tem que prover infraestrutura para que as operadoras, por meio da TELEBRAS, possam levar serviço de qualidade, incluindo banda larga, que é o que determina o PNBL — Plano Nacional de Banda Larga, para as localidades onde hoje ela não existe. Caso elas não o façam, se aquela localidade for entendida como uma oferta inadequada, a TELEBRAS pode fazê-lo diretamente.

Isso nós já fazemos hoje pela rede terrestre, rede de fibra ótica, rede de acesso a Municípios e nossas redes metropolitanas Brasil a fora; agora, estamos fazendo através da rede satelital, que é muito mais completa e atinge o Brasil de norte a sul e de leste a oeste.

Aqui é a estrutura, muitos já conhecem. Trata-se de satélites projetados especificamente para banda larga. A banda específica dele, que nós chamamos de banda Ka, ocupa essa posição de 75 graus a oeste, na altura da Colômbia. Foi projetado com 67 feixes para garantir a mesma potência e a mesma qualidade de transmissão, que é o que é preciso para esses projetos como Educação Conectada, Saúde Conectada, etc. Da mesma forma como é atendido o Amapá, com a mesma qualidade são atendidos também Brasília, São Paulo, Rio Grande do Sul ou qualquer parte do País.

Isso é controlado por quatro sistemas de comunicação, um em Brasília, um no Rio de Janeiro, um em Florianópolis, outro em Campo Grande, e há um *backup* automático porque, se houver qualquer problema numa dessas localidades — mesmo com dupla abordagem, sempre há problema —, há a transferência para Salvador, na Bahia, que assume todas as comunicações.

Ele tem uma capacidade hoje de 60 gigabits por segundo na banda Ka.



A estrutura processual que vamos adotar, sobre a qual vamos discorrer aqui rapidamente, é o Plano de Negócios da TELEBRAS. Parte dele é usada diretamente pela própria empresa para atender essas comunicações diretas do Governo Federal e também as dos Governos estaduais, nas parcerias que estamos realizando. E a parte excedente, nós fizemos uma parceria com uma operadora, no caso, uma operadora americana, que vai levar a banda larga para todas as regiões do Brasil, junto com a TELEBRAS. Nós vamos mostrar aqui como é o Programa Internet para Todos e também o programa da agricultura conectada.

O Plano de Negócios da TELEBRAS tem uma estrutura, que mostramos aqui. Há a parte civil dele, que é a banda Ka, uma banda especificamente de IP, ou seja, para acesso à Internet; há o controle desse satélite, que hoje é um controle exclusivo da TELEBRAS e do Ministério da Defesa, não há interferência de ninguém, a não ser nossa, da TELEBRAS e do próprio Ministério; e há também uma banda que já foi alocada para atendimento aos militares, um processo parecido com o que fizemos com o MCTIC, que também teve aporte de recursos, na época, do Ministério da Defesa, que antecipou recurso e, depois, o Ministério continuou pagando. Ele usa exclusivamente a banda X, que nós não operamos, e cobre não apenas todo território nacional, mas também Oceano Atlântico e Oceano Pacífico, para fins militares e controle do tráfego aeroespacial no Brasil, a fim de garantir a soberania e a segurança nacional.

A outra parte da banda Ka, como eu disse, nós dividimos em dois segmentos. Um desses segmentos, de 42% dos 60 gigabits por segundo, é da TELEBRAS, para atender exclusivamente os clientes dos Governo Federal, estaduais e municipais. O que excede vai ser usado por uma parceira para levar banda larga para as residências nas periferias da cidade, quando não chega, e para as cidades onde hoje não ela existe, e vai fazer também o Programa Internet para Todos, em parceria com a TELEBRAS.

Hoje ele já está definido, está em uso pela Defesa, para segurança e soberania. Toda essa infraestrutura que aí está colocada está de acordo com o previsto no Orçamento federal. Foi por isso eu acabei de dar uma entrevista sobre a importância de o Congresso Nacional manter esse orçamento, não só para a Defesa, mas também, agora, para o Projeto Educação Conectada, que nós vamos detalhar, e para o da saúde, que esperamos seja abordado em uma próxima audiência pública aqui, porque também é um



projeto muito grande, que se chama Prontuário Eletrônico, mas vai muito além do que as aplicações voltadas apenas para o prontuário eletrônico.

Nesse caso especificamente, tanto para as escolas quanto para os postos de saúde, os recursos vêm do Orçamento federal, através do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que contratou a TELEBRAS, e, com aquele satélite que foi projetado exclusivamente para essa finalidade, nós estamos levando para as escolas, sejam municipais, sejam estaduais, sejam federais. Então, não há nenhum custo para os Governos estaduais e municipais. E existe uma grande vantagem, que é um programa que quem vai detalhar aqui é o Américo, um dos pais desse programa, o GESAC, que tem no seu bojo a grande vantagem de não ter a incidência de impostos. Então, a condição de uso de seus recursos é muito mais barata.

Um outro projeto, tão importante quanto esse, é o que a gente chama de Internet para Todos. Na verdade, tudo é Internet para todos, ou seja, levar a banda larga para a escola, levar a banda larga para postos de saúde, para os quilombolas, para as áreas agrícolas brasileiras também é Internet para todos, mas, além disso, existe um programa diferenciado, que é esse que a gente chama de Internet para Todos, que é para as localidades. A gente precisa da parceria com as Prefeituras. Hoje mais de 4 mil Prefeituras já assinaram convênio com o MCTIC, já existe indicação de todas essas localidades — localidades essas que têm pelo menos 50 casas, ou seja, caracterizadas como povoado. E para esses povoados nós vamos levar banda larga. Nós vamos mostrar rapidamente, na próxima figura, como é a estrutura física disso.

E aí nós vamos ter parceiros, no caso a empresa americana que é parceira da TELEBRAS, e em cada uma dessas localidades nós vamos ter um parceiro também que vai ser o nosso representante legal, uma pessoa jurídica individual que vai revender o nosso serviço. Normalmente já são pessoas que lá moram, que têm lá uma mercearia, que já vendem o arroz, o feijão, etc., e que agora vão vender também banda larga e, além de banda larga, todos os acessórios vinculados à infraestrutura do serviço de banda larga. E aí, nesse caso, o cidadão que lá mora, que lá tem suas estruturas, seus equipamentos, vai pagar preços justos e razoáveis, como a gente já viu aqui em várias reportagens sobre esse programa no México, que se chama México Conectado — coincidência também de nome — e que nós estamos adotando no Brasil.



O programa é muito importante porque, nesse caso, a banda larga é verdadeira. Nós não estamos levando banda larga via celular, como é hoje, através de uma ERB, em que você chega, no máximo, dependendo da disponibilidade que você tem numa ERB, a 2 megabits por segundo. Não é disso que nós estamos falando, não é de 4G. Nós estamos falando aqui é de banda larga mesmo, de verdade, de 25 megabits por segundo, para que as pessoas possam utilizar diretamente ou no seu celular, através do sistema *wi-fi*, ou no seu *notebook*. Então o aluno está na escola, está estudando, sai da escola, chega em casa, não tem acesso, como é que ele faz? Agora ele vai ter acesso.

Existem preços e pacotes de todo tipo, que cabem no bolso do cidadão. Um deles, por exemplo, Deputado, de 1 hora de tráfego livre, uso à vontade do tráfego, está saindo em torno de 3 reais. Lá em Pacaraima, quando nós fizemos a instalação numa escola de 650 alunos, eu até brinquei com um dos garotos, dizendo: *"Olha, você, quando sair daqui, vai deixar de tomar uma Coca-Cola, pagar 3 reais e vai continuar usando a Internet por 1 hora"*. *"Não, vou continuar tomando Coca-Cola e vou também comprar esse pacote e vou utilizar"*. Isso é muito bom. E isso aqui é uma inclusão verdadeira que a gente está trazendo, que a gente acha que é importante para o País.

Só para entender o que eu acabei de dizer, aqui está a topologia, como é que é a estrutura.

Você tem aqui uma localidade típica. Nós pegamos localidades de todos os tipos. Por exemplo, no Pará nós achamos localidades de 10 mil habitantes que não têm banda larga, não têm telecomunicação, nem móvel, porque são distritos, não existe obrigação legal para que a operadora lá chegue, mas têm mercado. Todas essas áreas são economicamente viáveis, todas as que têm mais de 50 casas, que têm na ordem de 250 habitantes, são viáveis economicamente. Então, não foram porque não quiseram ir, e quando aparece alguém que vai, aparecem muitos que são contra.

A estrutura é simples. Existe um satélite que cobre o Brasil todo, a gente coloca uma antena VSAT, vêm os equipamentos, não só o *modem*, mas uma quantidade de equipamentos, a gente interliga através do sistema *wi-fi*, coloca normalmente em cima da residência, ou daquela mercearia dele, ou próximo, numa infraestrutura que a Prefeitura vai nos alocar em conjunto. Vamos ter o nosso representante legal lá, que vai vender. As pessoas chegam, *"Eu quero 1 hora"*. Está bem, o vendedor vai dar um PIN para elas, e por 1 hora está liberada para usarem no seu celular, no seu *notebook*, num raio de 750



metros, comunicação à vontade. Se quiserem 3 horas, vai ser um preço; se quiserem, também podem ter tráfego limitado, para saber quanto vão gastar por mês. Vão existir vários pacotes que caibam no bolso das pessoas.

É importante, quando a gente fala de banda larga, dizer que essa configuração aqui é de banda larga verdadeira. Mas nada impede que, nas parcerias com as operadoras, a gente também possa ligar uma *femtocell*, uma ERB menorzinha, para que as pessoas que tenham os seus planos pré-pagos possam utilizar. Nesse caso, a pessoa não terá banda larga verdadeira, vai ter banda larga via móvel, que não é banda larga fixa de alta velocidade. Ela pode ter a opção da banda larga *wi-fi*. Nós preferimos o modelo da banda larga *wi-fi*, porque esse de fato leva e utiliza com muito mais recursos toda a velocidade disponível ali naquela localidade.

Este é o GESAC, que é o Programa Governo Eletrônico — Serviço de Atendimento ao Cidadão. Só para comparar com o Decreto nº 7.175, de 1010, da recriação da TELEBRAS, praticamente o que está no programa GESAC reflete-se no decreto como obrigação da TELEBRAS.

O público-alvo desse projeto são todas as escolas brasileiras, principalmente as escolas que hoje não têm acesso a banda larga, mas também aquelas que têm acesso, como as escolas urbanas, para as quais também, hoje, é através desse programa que se leva banda larga de alta velocidade, de 50 megabits, 100 megabits — as escolas desses grandes centros.

Também são público-alvo desse projeto as unidades de saúde. Falando em unidade de saúde, o trabalho desenvolvido pelo Américo chega a mais ou menos 20 mil unidades de saúde em todo o Brasil, no novo projeto que a gente está fazendo, unidades que hoje precisam dessa integração para que as pessoas que lá são atendidas possam ter velocidade suficiente para ter acesso aos hospitais mais desenvolvidos do Brasil e do mundo, e para terem interação e poderem atender melhor aquela comunidade.

Os telecentros estão hoje no atual projeto, no contrato assinado. As aldeias indígenas e postos de fronteira também estão, em torno de 150 postos, e ainda os quilombos, na ordem de 100 quilombos. E existem outros públicos que temos já nesse primeiro contrato.

Esse programa tem mais de 15 anos de existência. Acho que ele começou em 2002. A gestão é centralizada, controlada pelo MCTIC, especialmente pela diretoria do Dr.



Américo, que faz todo o controle da qualidade, da disponibilidade do serviço. E a grande vantagem dele é ser isento de ICMS, porque há um acordo do CONFAZ, ao qual todos os Estados já aderiram.

O projeto Educação Conectada é muito mais do que conectividade, como está aqui. Foi um desenvolvimento com muitos recursos colocados. Os recursos educacionais são todos digitais, em plataformas hoje integradas, recursos computacionais de alto nível, que permitem, então, levar para o aluno a disponibilização de conteúdo que existe hoje em todos os países do mundo.

Depois de desenvolvido isso, de ter também a parte de formação dos professores, também com plataformas todas digitalizadas, você não pode estar usando um megabit por segundo, tem que usar usando no mínimo 10, porque você precisa de alta qualidade na comunicação, e de confiabilidade, para ter acesso a essa infraestrutura, a toda essa parte computacional de aplicações hoje alocadas pelo Ministério. Então, eles já o fazem, colocam os equipamentos, os computadores, todos os roteadores, todas as bases e os bancos de dados que eles usam lá, centralizada ou descentralizadamente, para atendimento daquela escola.

E aqui, na infraestrutura, vem a parte de conectividade e a de infraestrutura interna, de energia, etc., que eles põem normalmente num laboratório estruturado.

Na escola que a gente ativou, que nós vamos mostrar, lá em Pacaraima, e também lá na cidade de União, no Piauí, nós percebemos que elas tinham por volta de 20 computadores. Todos, praticamente, estavam desligados, só funcionavam dois. É lógico, na velocidade em que estavam, nas condições em que estavam, era impossível, porque a velocidade que é colocada hoje é muito mais para a aplicação administrativa e não para a aplicação educacional ou uma aplicação do porte que é aqui exigido. Vimos funcionando, eles ficaram maravilhados vendo todos os computadores funcionando simultaneamente, e todos os meninos que lá estavam, a maioria são crianças, puderam sentir a diferença desse projeto.

Algo importante a explicar, Sr. Deputado, é que essa é uma evolução tecnológica constante, perene. Quando começou o programa lá atrás, eram 64 *kilobits*. Chegou a 1 *megabit*, mas não era para estar a 1 *megabit*. Há 5 anos ou mais, já era para estarmos com esse satélite HTS com 10 *megabits*. Era necessário investimento, mas não foi feito por quem deveria fazer, e aí o Governo Federal resolveu investir nesse satélite, para que



pudesse levar e viabilizar esse atendimento, por exemplo, para as escolas. Isso é importante, porque daqui a 2 anos, 3 anos, nós vamos ter que dobrar essa velocidade de 10 *megas* para 20 *megas* ao preço de 10 *megas*, e assim sucessivamente. Esse crescimento não vai parar, a inclusão digital não para, porque há necessidade de digitalização hoje de tudo. Com a IoT, etc., vai haver cada vez mais necessidade de banda. E políticas sociais sempre têm que existir e preservar aqueles que mais precisam.

Aqui há uma distribuição, acho que o Américo deve detalhar um pouco mais. O Brasil tem aproximadamente 146 mil escolas, 40 milhões de alunos, entre escolas urbanas, escolas rurais, etc. Há 62.518 escolas já com laboratório e com toda aquela estrutura que mostramos na transparência anterior prontas. É quase 1 milhão e 600 mil computadores. Muitos deles, quando nós chegamos, estavam lá, mas estavam desligados, encaixotados, não estavam funcionando, e agora têm condição de atender as comunidades.

Em relação ao número de escolas, especificamente, vemos aqui o primeiro contrato, sobre o qual depois nós vamos falar, que foi questionado recentemente e que prevê a execução do Programa GESAC para 15 mil pontos. Dos 15 mil pontos, o Américo já solicitou 10.410 pontos, distribuídos dessa forma que vemos aí. Vê-se ali claramente onde estão esses pontos: Nordeste, porque hoje não é atendido, Norte do Brasil, da mesma forma, somam-se os dois ali, mais parte do Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Então, quanto à distribuição, está claro aonde é preciso chegar, que é o tal Tratado das Tordesilhas nas comunicações. Precisa-se de banda larga nesses pontos. E como estão distribuídos? Setenta e oito por cento desses 10 mil pontos já solicitados pelo Ministério estão em escolas, são 8.120 escolas. Devemos instalá-los nessas escolas todas até dezembro deste ano. Os outros estão em telecentros, como eu falei; unidades de saúde; educação tecnológica, agência formadora, que são os centros de pesquisa; associações, cooperativas; Forças Armadas, postos de fronteira, com 187; bibliotecas; universidade aberta, virtual, centros de estudo; centros culturais; aldeias indígenas; órgãos públicos federais, quilombolas, com 18; assentamentos e outros que aqui não foram caracterizados, totalizando 10.410 pontos.

Esse, como eu disse há pouco, é o maior projeto de inclusão digital e social que está acontecendo no mundo, não só no Brasil, se comparado ao que acontece no mundo, pelo tamanho que tem e pela qualidade da infraestrutura que está sendo alocada, com



esse satélite que foi projetado exatamente para isso, com essa reformulação regulatória, que foi feita em 2010 também, com essa visibilidade.

Bom, houve a judicialização, houve uma ação ordinária de uma empresa lá do Amazonas, já discutimos isso aqui. É uma empresa que não tem nenhum contrato com a TELEBRAS, nem verbal nem nada, não tem nenhum investimento, mas conseguiu suspender, talvez imaginando que a TELEBRAS seria uma concorrente dessa empresa que atende hoje o Governo Estadual com um programa também de escolas. Essa não é a intenção. Nós viemos não para concorrer, mas para complementar e levar infraestrutura. Não damos exclusividade a ninguém, porque essa não é a função de uma estatal. Essa liminar foi recentemente suspensa pela Presidente do STF, Ministra Cármen Lúcia. E nós pudemos, então, retomar toda a ação.

A outra é uma ação civil pública, também do sindicato ao qual essa empresa pertence, o SINDISAT — Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite. Essa ação é conexa com aquela, não houve nenhuma decisão e está proibido haver qualquer decisão relativa a isso.

Houve também uma ação civil pública em relação ao contrato MCTIC/GESAC com a TELEBRAS, feita pelo SINDITELEBRASIL, e as liminares foram negadas em duas instâncias no Judiciário do Distrito Federal. Inconformados, eles tiveram depois uma alternativa, que vou mostrar no final da apresentação.

Vou passar um vídeo para mostrar isso claramente. Acho que é em Pacaraima, em Roraima.

(Exibição de vídeo.)

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE - Nesse projeto, a primeira escola tem 650 alunos. É uma escola muito bem estruturada, bem montada, mas o laboratório, infelizmente, não funcionava, conforme o testemunho daquela criança.

A segunda escola fica em uma comunidade indígena, com mais ou menos 300 casas e 1.200 pessoas. Todo mundo tem poder aquisitivo razoável e condição de utilizar depois o Internet para Todos. Eles pediram e nós vamos instalar uma antena para levar os 25 megabits por segundo. Todos eles tinham equipamento tecnológico na mão. Nós vimos *tablets* na mão das crianças. Eles tinham também celulares, celulares bons, celulares de marca, mas não podiam utilizá-los. Lá só havia — e por acaso estava funcionando — um TUP, Telefone de Uso Público, da Oi. Neste caso, ele é obrigado a



funcionar e gratuitamente. Até o pessoal da imprensa que estava lá filmou e fotografou. Eu acho que a reportagem da *Globo*, que vem em seguida, mostra isso claramente.

Nós podemos perceber o potencial para essas crianças. Por exemplo, aquele garoto já sabe usar o computador, mesmo não tendo todas as condições de usá-lo tanto na escola como em casa. Depois, com o Internet para Todos, ele poderá usar o computador em casa.

(Exibição de vídeo.)

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE - Deu para ver no vídeo que eles estavam, com um celular na mão, filmando, documentando tudo que estava acontecendo lá. Essa é a comunidade indígena com 300 casas de que falei e com total necessidade de inclusão digital. Eles iam para a cidade que fica a 40 quilômetros dessa aldeia, que é grande e tem uma boa produção, porque não tinha acesso a Internet.

Finalizando, recentemente...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - Eu queria ver um filme desses no Maranhão, não tem não?

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE - Vamos fazer! Nós fizemos agora no Piauí e vamos fazer no Maranhão, Deputado. O Maranhão, por acaso, tem cerca de 1.500 pontos, não é Américo? O Maranhão está bem em termos de pontos de Internet. Com as condições de comunicação hoje no interior do Estado, o Maranhão precisa mesmo. Mas eu lembro o número, no Maranhão são cerca de 1.500 pontos, em Pernambuco são cerca de 700 pontos, e assim vai em todo o território nacional.

Acho que em Pernambuco há pouco mais de 700 pontos. E assim se segue em todo o território nacional, nesse primeiro contrato dos 10 mil que o Américo nos apresentou.

Com relação àquela representação que o SINDITELEBRASIL tinha feito na Justiça, na qual ele não levou vantagem, recentemente no TCU ele obteve vantagem, mas não foi ouvido ainda o MCTIC. Acho que o Américo pode falar sobre isso. O Ministério já apresentou a resposta, e a AGU também. Nós esperamos que a Ministra possa reconsiderar. E esses pontos que hoje não estão sendo ativados vão poder sê-lo, em conjunto com outros que estamos fazendo e que não foram abordados nessa decisão do Tribunal.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - Agradeço ao Sr. Jarbas Valente.

Informo a quem está assistindo a esta audiência que o Brasil hoje tem um satélite. Esse satélite tem duas bandas: uma de defesa, que está funcionando, e uma civil, que está penando com a burocracia. Então, estamos tentando, com esta audiência pública, discutir formas de vencer essa burocracia para que as escolas possam ser atendidas.

Registro a presença aqui da Deputada Rejane Dias, do PT do Piauí. O Piauí tem índices muito bons na educação, que vão melhorar ainda mais com esse satélite, com certeza.

Passo a palavra ao Sr. Américo Bernardes, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações — MCTIC, que fará a sua exposição.

O SR. AMÉRICO TRISTÃO BERNARDES - Primeiro, peço-lhes desculpas, porque fui acometido de uma afonia hoje de manhã — problemas de ar-condicionado. E não houve jeito de eu arrumar uma operação para consertar a garganta de ontem para hoje. Mas eu espero que vocês consigam entender tudo que vou falar aqui.

Eu vou procurar explanar aqui dois pontos: primeiro, vou falar sobre as políticas públicas de conexão de escolas à Internet nos últimos anos; segundo, vou explicar o que é o Programa de Inovação Educação Conectada, focando a questão da conexão.

Quero salientar uma questão que para nós é muito importante. O Jarbas mostrou como tendo sido a luta para conseguirmos colocar essa coisa para funcionar. Às vezes, eu gosto até de dizer o seguinte: "*Deixem a gente botar esse negócio para funcionar, pelo amor de Deus! Esse troço está parado lá em cima, a 38 mil quilômetros, há quase 8 meses, e nós não conseguimos botar o satélite para funcionar*".

Nós conversamos com alguns Ministros do TCU, e eu salientei alguns pontos. Como o Jarbas mostrou, nós do Ministério pedimos conexão para pouco mais de 8 mil escolas. O cronograma de atendimento a essas escolas deveria ter começado em março. Hoje, nós já deveríamos ter colocado conexão em 4.500 dessas escolas, de acordo com o cronograma. O Jarbas estava prometendo um cronograma de atendimento mais rápido. Então, nós deveríamos ter chegado a agosto ou setembro com a conexão dessas 8 mil escolas.

Vencendo mais essa batalha, nós vamos, talvez em agosto ou setembro, começar a instalação. Isso significa que nós vamos completar essa instalação em novembro,



quando as crianças entram em férias, ou seja, efetivamente toda essa batalha privou 3 milhões de crianças da zona rural de acesso à Internet. Elas ficaram mais 1 ano sem acesso à Internet.

Deputado, quando as pessoas nos perguntam e discutem prejuízos eventuais para o Erário, essa coisa toda, eu gosto de insistir numa frase de cuja autoria eu não me lembro: *"Se nós estamos discutindo o prejuízo para a TELEBRAS, para o Erário público, qual é a conta do prejuízo causado pelo fato de 3 milhões de crianças não terem tido acesso à Internet?"* É o resultado dessa conta que o Governo Federal tem que nos fornecer.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - É o resultado dessa conta que a Comissão quer saber.

O SR. AMÉRICO TRISTÃO BERNARDES - Pois bem, vamos avançar um pouco nisso.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nos últimos anos, tivemos basicamente três programas que levaram conexão às escolas. O primeiro é o Programa Banda Larga nas Escolas, instituído em 2008. Foi um acordo feito com as operadoras pela ANATEL para levar conexão às escolas. Havia todo um cronograma de atendimento.

Estamos falando de escolas urbanas. O Jarbas também mencionou isso. Nós temos perto de 140 mil escolas no Brasil, sendo que 80 mil dessas escolas são urbanas e 60 mil, rurais. Definir se são urbanas ou rurais muitas vezes é difícil, porque, se pegarmos a periferia de pequenas cidades, por exemplo, lá do Maranhão, elas são chamadas de urbanas, quando na verdade toda a infraestrutura local é igual a de um distrito rural.

Então, esse programa levava conexão para as escolas urbanas, e o resultado que nós temos aqui é basicamente o seguinte: hoje — estes são dados do ano passado — praticamente 80% das escolas urbanas têm conexão de até 2 megabits por segundo. Nós estamos falando de uma conexão ADSL, não é de nenhuma conexão autenticada, não, muitas vezes com estrutura cabeada por metálico.

Vejam que a realidade que nós temos na educação brasileira é aquela daquele menino. Não só em Pacaraima, mas no Brasil como um todo, na grande maioria das escolas públicas, a realidade que nós temos é esta: qualidade muito ruim de conexão das escolas à Internet. Nós estamos falando de escolas urbanas — ainda não falei das



escolas rurais. Há que se mencionar que estas aqui são as escolas que estão conectadas. Nós temos mais de 10 mil escolas urbanas que no censo do MEC afirmam que não têm conexão à Internet banda larga. O censo do MEC está disponível publicamente no *site* do INEP.

Nós tivemos em 2012 a licitação do 4G. Essa licitação do 4G teve uma contrapartida. A ANATEL colocou em licitação o atendimento às escolas rurais em 450 mega-hertz. Não houve propostas. Então, criou-se uma obrigação.

Vou fazer um asterisco aqui, uma nota de pé de página: as políticas que o Governo em geral desenvolve são aquelas que chamamos de "filé com osso".

Isso quer dizer que, para se criar algum tipo de atendimento nas regiões que são economicamente desfavoráveis, vincula-se esse atendimento às regiões mais favoráveis.

Aqui a ideia seria atender as escolas rurais distantes até 30 quilômetros da sede dos Municípios, começando com a velocidade de 256 quilobits por segundo, até dezembro de 2015. Portanto, há quase 2 anos e meio, todas as escolas rurais distantes até 30 quilômetros da sede dos Municípios já deveriam ter sido atendidas. Isso equivale a quase 96% das 60 mil escolas rurais existentes no Brasil.

Agora vejam como é que ficou o atendimento. Até 2015, já era para ter se chegado a 1 megabit por segundo. Hoje, de 54 mil escolas rurais, 96% eram para ter sido atendidas; no entanto, só cerca de 25 mil foram atendidas, ou seja, as empresas que fizeram o acordo em 2012 não cumpriram nem metade do compromisso firmado. Na Região Norte, isso chega a quase 10%. No Estado de Roraima, uma escola foi atendida — uma única escola! Muitas vezes, o atendimento, que era para ter sido de 1 megabit por segundo, se deu a partir da entrega de um *modem* 3G para a diretora, que, obviamente, não conseguiu usar, porque não há cobertura 3G naqueles locais. Então, isto aqui corresponde ao atendimento que foi feito, na maior parte das vezes, entregando-se um *modem* 3G às escolas.

Nós temos também o programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão — GESAC. Como o Jarbas disse, esse é o programa mais antigo de inclusão digital do Governo Federal, tendo começado em 2002. Em 2003, nós fizemos a conexão de quase 3 mil e 400 escolas. O programa tinha uma modelagem que era o atendimento às pessoas em pontos públicos por meio de *totens*. Em 2003, isso foi mudado para atendimento às escolas.



Naquela época, pagava-se de 900 reais por uma conexão de 256 quilobits por segundo, com compartilhamento de 1 a 40. O Jarbas falou em 64 quilobits por segundo, mas ele exagerou um pouco: a velocidade por ponto era de 6 quilobits por segundo. Essa era a conexão que nós contratamos em 2002 e começamos a usar. Era época ainda da linha discada. Não era muito diferente daquele esforço que nós fazíamos com a linha discada.

Nós começamos esse programa em 2003 — a licitação foi em 2002 — e, de lá para cá, tivemos uma série de mudanças. Só que a última licitação que mudou a banda foi em 2008. Portanto, há 10 anos estamos com a banda de 1 megabits por segundo, que é a daquele resultado que vimos.

Na discussão com o TCU, há uma parte em que se pergunta por que nós propusemos a mudança da banda de 1 megabits por segundo para 10 megabits por segundo. Na hora, eu tive vontade de escrever perguntando: qual é a banda que você tem na sua casa? Estou falando de escolas com 200, 300, 600 alunos. Uma banda de 10 megabits por segundo, como nós vamos ver daqui a pouco, ainda é insuficiente para o que precisamos. Acho que é importante dizer isto: não estamos chegando ao topo da linha, não; nós estamos tentando melhorar um pouco a situação com o que dá para fazer hoje, conforme a disponibilidade financeira e tecnológica.

Mas a pergunta que eu me coloquei foi: será que essa pessoa que me pergunta por que propus a mudança de 1 megabits por segundo para 10 megabits por segundo tem a mais mínima ideia do que é usar a Internet? Sim, porque não é possível! Qual é a banda que essa pessoa tem na casa dela? Se ela tem um ou dois filhos, se a pessoa é casada ou mora com mais alguém, qual é a banda que ela tem na casa dela?

Eu tenho na minha casa uma banda de 15 megabits por segundo contratada. Se eu vejo um aplicativo de televisão, o resto tudo para. Se eu faço o *backup* do meu banco, do repositório que está na Internet, o resto tudo para, ninguém consegue mais usar celular! Várias empresas fazem propaganda na televisão mostrando esse travamento. Todo dia se vê propaganda mostrando que, se você tem uma conexão de 10 ou 15 megabits por segundo, na hora em que você for ver um filme, vai travar tudo dos outros. Aí, como é que uma pessoa me pergunta, honestamente, por que eu mudei a banda de 1 megabits por segundo para 10 megabits por segundo?

Bom, não vou entrar muito nesse detalhe. Nós temos hoje 3 mil conexões.



Este aqui é o mapa de atendimento, que mostra o que existe hoje para as escolas. A mudança que estamos fazendo agora é trazida pelo Programa de Inovação Educação Conectada, no qual se trabalha basicamente com quatro dimensões — faltou um quadrado ali, o quadrado de conteúdos, que desapareceu por alguma razão.

A política de Educação Conectada tem quatro eixos. O primeiro deles é a visão, ou seja, a formulação e o planejamento.

O segundo eixo é a formação de professores. Não adianta colocarmos tecnologia se não temos a formação de professores. Nada tenho contra a que a tecnologia seja usada para acesso a redes sociais, para compartilhamento. Todos desta sala devem utilizar algum aplicativo de compartilhamento. Então, não é possível hoje imaginar que nós não nos comuniquemos. Mas o fundamental é termos professores que saibam maximizar na escola o acesso à Internet.

O terceiro eixo, que não está aparecendo ali, é o eixo de conteúdos. Nós temos de ter produção de conteúdos. O MEC, ao longo desses anos todos, tem gerenciado bancos de acesso a plataformas de conteúdos. Então, nós temos essas plataformas de conteúdo. Hoje, por exemplo, vemos crianças usando *tablets*, dispositivos de acesso à Internet; é absolutamente razoável imaginarmos que essas crianças daqui a pouco vão acessar o livro didático por meio do *tablet*, e não mais sob a forma de papel.

Se nós tivermos uma migração do livro didático de papel para meios digitais, isso significará uma economia brutal para o Governo Federal. É uma coisa que vem sendo estudada e um elemento importante dessa política.

O terceiro eixo, que diz respeito mais especificamente ao caso nosso, é o da infraestrutura de conectividade até a escola e dentro da escola. A ideia do programa é universalizar a conexão nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, permitindo o amplo acesso de alunos e professores à Internet de alta velocidade para fins pedagógicos. Esse é o objetivo do Programa de Inovação Educação Conectada, uma política que foi lançada em 23 de novembro do ano passado.

Aqui temos os objetivos: a universalização; a conexão, que, no caso, tem como foco a questão da conectividade; o atendimento a todo o ensino básico, fundamental e médio; e o acesso de alunos e professores com finalidades pedagógicas.

Estes são os impactos previstos. Acho que todos sabem que o ensino público fundamental e médio contempla quase 90% dos alunos de ensino fundamental e médio



no Brasil. De 80 a 90% das nossas crianças estão no ensino público, quer dizer, nós estamos falando basicamente da formação, se quisermos entender assim, de toda essa geração, que deve construir, deve atuar nesse Brasil do futuro.

Então, esses são os vários elementos do ponto de vista de infraestrutura, de índices de aprendizagem, de redução de gastos — há, por exemplo, a questão do livro didático, que eu mencionei —, de toda a parte de gestão escolar.

O Jarbas mencionou a questão do prontuário na área de saúde. Nós ainda temos sérios problemas na gestão das escolas. Nós no Ministério temos atuado, inclusive dentro dos programas Cidades Digitais e Minha Cidade Inteligente, no apoio ao desenvolvimento de ferramentas abertas para gestão da saúde, gestão escolar, gestão municipal e tudo mais. Mas, se não há conexão, isso não vai resolver.

Quanto à questão dos recursos, só para mencionar, há uma plataforma de acesso a conteúdos. Essa plataforma já está operacional, já está em produção. É uma plataforma em que se tem a disponibilização de recursos, em que se podem criar recursos. Pode-se colocar recursos nessa plataforma. Também se pode acessar outras plataformas de disponibilização de conteúdos. E, aí, há a discussão sobre o Programa Nacional do Livro Didático — PNLD. Essa parte de conteúdos é muito importante para entendermos o que isso representa.

Aí, eu acho que, pelo menos no ponto de vista nosso, das comunicações, temos que estressar o seguinte: o que é uma boa conexão para uma escola? Essa é uma pergunta. E eu vou dizer a vocês o seguinte: nós fizemos uns experimentos alguns anos atrás e chegamos a um número muito curioso, o da conexão efetiva por aluno por escola, algo em torno de 64 quilobits por segundo. Se todos os alunos dispusessem de 64 quilobits por segundo — os Estados Unidos estabeleceram 100 quilobits por segundo e passaram para 1 megabits por segundo agora —, haveria uma navegabilidade confortável. Isso significa o seguinte: se uma escola tem 100 alunos, ela deveria ter uma conexão *full* disponível de 10 megabits por segundo; se ela tem mil alunos, deveria ter uma de 100 megabits por segundo. Aí, vai-se fazendo essa conta. Então, o programa, em relação a essas metas de conexão, pensou 100 megabits por segundo, 50 megabits por segundo e 15 megabits por segundo para escolas urbanas. É o que podemos ter no momento.



Nós, no Ministério, dentro da Secretaria de Telecomunicações, mapeamos a infraestrutura de alta capacidade que existe nas zonas urbanas e descobrimos que quase 22 mil escolas urbanas estão próximas de infraestruturas de alta capacidade que podem prover essas conexões. Esse foi o trabalho que forneceu os valores que vemos ali, como, por exemplo, o valor de 0,12 por aluno em escolas grandes. Deve ser de 120, 150 e 150 quilobits por segundo a conexão por aluno. A proposta é, até 2023, dobrar as metas e, até 2028, mais uma vez dobrar as metas. Então, trata-se de um plano de 10 anos que visa a quadruplicar as metas. Lembrem-se de que aquela figura que mostrei anteriormente estava indicando que 80% das escolas urbanas têm conexão de 2 megabits por segundo. É disso que nós estamos falando, é dessa evolução que nós estamos falando.

Este aqui é o desenho do programa. Nós estamos pensando que, num primeiro momento... O MEC pediu 6.500 escolas rurais. Nós já temos conectadas hoje 1.800 escolas dentro do GESAC — aí se chega àquele número de 8.300, mais ou menos, como o Jarbas mostrou, que dá os 3 milhões de alunos. Estamos falando de escolas rurais. A ideia é que, até 2022, tenhamos 100% das escolas rurais atendidas.

Só quero afirmar uma coisa: das cerca de 60 mil escolas rurais existentes no Brasil, hoje 32 mil têm algum equipamento de informática. Há 30 mil escolas rurais que sequer têm equipamento de informática. Metade delas não tem nenhum equipamento. Essa é a realidade com que estamos lidando.

Então, a ideia é começar agora com 10 megabits por escola e ir evoluindo. O Jarbas falou em dobrar a velocidade em 3 anos. Esse é um plano estratégico que temos de ter, mas hoje o que objetivamos efetivamente é ter essa conexão nas escolas rurais, entendendo — vou insistir — que, muitas vezes, escolas urbanas na periferia de pequenas cidades ou em cidades do interior não têm nenhuma estrutura disponível, a não ser satélite, para fazer o atendimento.

O Jarbas mencionou o Internet para Todos, que é um grande programa que abrange hoje todas essas ações que estamos desenvolvendo. Pouco mais de 4 mil Municípios indicaram 46 mil localidades onde não há prestação adequada de serviço. O Jarbas citou aquela comunidade de Pacaraima que tem 1.200 pessoas e um telefone público.

Então, em relação a esses Municípios, nós fizemos uma limpeza dessa base, checando se havia algum ponto errado, etc. E hoje há uma lista que nós do Ministério, de



acordo com o art. 4º, inciso IV, § 4º, do Decreto nº 7.175, de 2010, vamos definir, com as localidades onde se tem prestação inadequada de serviços, de tal forma que a TELEBRAS se habilite a fazer diretamente o atendimento.

Vou insistir numa tecla. Nós estamos numa batalha há meses. O Jarbas não mencionou, mas, no dia 30 de março, Sexta-Feira da Paixão, a equipe técnica da TELEBRAS que estava em Pacaraima fazendo o primeiro atendimento dentro do nosso cronograma de atendimento mandou uma foto — acho que mandou para o pessoal da TELEBRAS, mas eu também tive a felicidade de recebê-la — da primeira antena sendo instalada. Eu fiquei empolgado e falei: "*Agora o trem vai!*" No dia 2 de abril, uma empresa do Amazonas entrou com um processo; no dia 30 de março, nós desligamos o ponto. Ontem, todo mundo viu aquela notícia de que um juiz de Roraima fechou a fronteira. Nós temos um posto de fronteira em Roraima que tinha uma conexão de 1 megabit por segundo, e nós a havíamos passado para 10 megabits por segundo. O coronel responsável mandou um *e-mail* pedindo: "*Passem a conexão para 20 megabits por segundo, porque a Operação Acolhida precisa de velocidade para atender essas pessoas*". O que nós tivemos de fazer no começo de maio? Tivemos de cancelar a conexão, por determinação da Justiça. Ela foi agora reabilitada.

Então, nós estamos nessa batalha. A minha opinião, que acho que compartilho com muita gente, é que quem mais está perdendo é a população, particularmente aquela que está nas áreas mais necessitadas deste País e, gravemente, os alunos das escolas públicas.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - Muito obrigado, Sr. Américo Bernardes.

Eu quero registrar as presenças do Deputado Alex Canziani, Presidente da Frente Parlamentar da Educação, e do Deputado Prof. Gedeão Amorim, do MDB do Amazonas.

Nós estamos aqui nesta audiência pública falando sobre as escolas conectadas. Como nós estamos também interagindo com o público que nos acompanha, recebemos uma pergunta pela Internet: "*Temos, como exemplo, a França, que proibiu celulares e tablets em escolas públicas para menores de 15 anos. Na outra ponta, temos o Brasil,*



que quer colocar banda larga e liberar wi-fi na escola. Como pretendemos melhorar a educação com isso?”

Eu vou passar a palavra ao Sr. Bernardes para que ele responda a essa pergunta, muito embora eu ache que se trate de duas coisas diferentes: uma coisa é usar celular na sala de aula; outra coisa é ter Internet de qualidade na sala de aula para que os alunos tenham acesso à informação.

Por favor, Sr. Bernardes.

O SR. AMÉRICO TRISTÃO BERNARDES - Eu sou professor também e acho que a discussão sobre o uso ou não de celular em sala de aula tem muito mais a ver com o projeto pedagógico que é adotado por uma escola ou uma Secretaria de Educação. Nós temos vários exemplos de situações em que o celular pode ser utilizado como ferramenta de ensino.

No âmbito da educação não há um acordo claro sobre isso, como não há sobre muitas coisas dessa área.

Mas eu tenho, sim, que concordar com o Deputado: trata-se de duas coisas diferentes. Uma coisa é discutir os aspectos pedagógicos do uso do celular em sala de aula; outra coisa — e eu acho que hoje ninguém questiona isto — é reconhecer a necessidade de numa sala haver conexão de banda larga.

Qualquer um que participou de um experimento de realidade aumentada, qualquer um que já participou do experimento de entrada, como se diz, numa caverna, que é quando se entra num ambiente virtual e se pode explorar imagens em 3D estando dentro desse ambiente virtual, sabe o que isso que significa para a educação, a potência que isso representa para a educação.

Então, a existência de salas de aula conectadas seja talvez uma exigência básica, principalmente porque nós não estamos falando de um cidadão que escreve tudo que lê ou escuta em um bloquinho de papel. E aí eu posso citar a mim mesmo como exemplo: apesar de eu ser o Diretor de Inclusão Digital, faço tudo no papel. Leio livros e fico carregando aquele mundaréu de livros para baixo e para cima, aquele peso todo!

As crianças hoje já nascem — eu acho até que esta é uma discussão já ultrapassada — mestras nesse ambiente. Portanto, não é cabível querer que elas usem ferramentas que eu usava quando estava no primário. Eu fiz primário, Deputado. Uma parte deste auditório talvez já não saiba o que é isso, mas eu acho que nós três fizemos o



primário, não é? Então, querer que as crianças usem as ferramentas que nós usávamos quando estávamos no primário é planejar o passado. Eu acho que nós hoje temos que planejar o futuro. Aliás, o que se espera de um gestor público é sempre isso.

Então, são duas coisas diferentes: uma coisa é discutir se o celular é ou não é uma ferramenta pedagógica, o que é um tema controverso na educação; outra coisa é dizer que nós necessitamos de ter conexão em alta velocidade dentro da sala de aula.

A ideia de um laboratório de informática nas escolas já é também ultrapassada. Ela surgiu das limitações existentes: cria-se um único ambiente com acesso à Internet porque se tem um acesso limitado. O melhor seria que toda sala de aula, que é onde se trabalham os processos de ensino e aprendizagem, pudesse ter a sua conexão, pudesse ter acesso a ferramentas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - Um detalhe que prova que a teoria da evolução é verdadeira é que as crianças já estão nascendo "chipadas": todas já têm um *chip*. (*Risos.*)

Eu queria fazer uma pergunta ao Dr. Bernardes. Foi estabelecida concorrência; foram estabelecidas metas para as empresas no que se refere à banda larga. Há alguma notícia da ANATEL no sentido de ela estar cobrando resultados disso? Ou a ANATEL ficou novamente do lado das empresas?

O SR. AMÉRICO TRISTÃO BERNARDES - Talvez essa pergunta devesse ser feita para a ANATEL! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - O senhor pode deixar de responder à segunda parte, está livre de responder à segunda parte.

O SR. AMÉRICO TRISTÃO BERNARDES - Na verdade, nós já discutimos isso várias vezes com a ANATEL. Eu participei inclusive de reuniões da ANATEL em que se fizeram cobranças das empresas efetivamente, tentando-se melhorar.

Mas há uma resistência grande por parte das próprias empresas em fazer essas promoções, principalmente porque muitas vezes elas consideram que as metas estabelecidas foram cumpridas — e dizem que já foram cumpridas. Isso criou uma situação em que nos pareceu mais razoável estabelecer um plano estratégico que não dependesse dessas discussões.



O próprio MEC, que é o responsável por notificar a ANATEL de que um serviço não está sendo atendido, também tem dificuldades por conta dessa relação. Assim, fica uma situação muito embaraçosa. Então, nós achamos que é melhor construir um caminho que de fato não dependa de questões mais regulatórias, de modo que nós possamos atuar decisivamente nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - Muito obrigado.

Eu sou defensor das agências. Eu só acho que elas têm que ficar equidistantes de governo e da iniciativa privada para poderem ser imparciais. Eu sou defensor disso. Inclusive, agora me surgiu a ideia de propor um requerimento a esta Comissão para ouvirmos aqui a ANATEL sobre essas metas.

Deputado Prof. Gedeão Amorim, gostaria de fazer alguma pergunta?

O SR. PROF. GEDEÃO AMORIM (MDB - AM) - Sim.

Bom dia a todos. Gostaria de saudar o Deputado Pedro Fernandes e os convidados, Dr. Jarbas e Dr. Américo.

Acho que este é um tema relevante. Eu penso que, a despeito de todos os avanços que nós conseguimos fazer com a educação no Brasil... Sei que podem ponderar o que eu estou afirmando, mas nós avançamos: universalizamos o ensino, criamos alguns mecanismos democráticos para assegurar os direitos das populações menos aquinhoadas. Eu diria que nós temos alguns bons exemplares de escolas públicas, talvez *cases*, assim como é o caso da escola premiada por esta Comissão no interior do Piauí e o que está acontecendo no Ceará. Esses são grandes *cases*, eu diria.

Com relação às ferramentas que nós temos, às metodologias que adotamos, eu penso que ainda há muito a refinar, mas, de certo modo, nós batemos num teto: fazemos o que sempre fizemos e caminhamos pelos mesmos caminhos, com os mesmos métodos, etc.

Eu tive uma experiência bem-sucedida no Amazonas. Quando fui Secretário de Estado de Educação, nós ousamos, em 2007, criar uma coisa que chamamos de Centro de Mídias de Educação do Amazonas. Como sabemos, o Amazonas tem uma extensão fantástica. Manaus é uma espécie de cidade-estado: metade da população se concentra na Capital, e o restante, no imenso espaço amazônico. As famílias das poucas pequenas comunidades interioranas tinham necessariamente que obrigar os seus filhos



adolescentes a irem para as cidades. E já conhecemos cidades que não têm viabilidade econômica, não têm emprego. Então, o contexto social, ao invés de melhorar, piorava.

Nós criamos, empregando um satélite, um *case* mundial. Fizemos uma coisa ousada, hoje reconhecida pelo UNESCO, com premiações nacionais e internacionais. Já formamos mais de 100 mil pessoas no nível médio, com reconhecimento de sucesso de alunos egressos desses cursos. É utilizada uma metodologia muito mais eficaz do que aquela tradicional e presencial. Nós selecionamos professores de gabarito, e eles dão aula ao vivo, a partir de estúdios.

E temos professores preparados lá na ponta. Por isso, rompemos com o conceito de EAD e criamos um conceito chamado mediação tecnológica, ou seja, educação presencial mediada por tecnologias. É um misto de educação a distância e educação presencial. Isso tem sido relevante. Nós iniciamos com o ensino médio e hoje já estamos trabalhando com o EJA e com o ensino fundamental. Em algumas situações, no Brasil, não há professores de disciplinas específicas, como, por exemplo, professores de ciências, física, química, língua inglesa, etc. E isso nós resolvemos.

Agora, ao lado disso, nós temos no Brasil e no mundo inteiro outras experiências. Sobre aquela pergunta que fizeram, querendo contrastar as providências da França com relação à adoção de Internet nas escolas, gostaria de dizer que deve haver Internet nas escolas como em qualquer setor da vida: nas residências, nas empresas, etc. Nós temos bibliotecas, temos comunicações, temos redes e temos metodologias que necessariamente precisamos usar Internet em sala de aula. O que deve ser proibido nas escolas, no meu entendimento, é que os alunos se dispersem e fiquem cada um com o seu *smartphone*, tratando de outras coisas em detrimento do assunto que está sendo tratado na sala de aula. Essas são coisas diferentes, como o senhor já mencionou.

Por isso eu penso que a nova escola no Brasil terá que prestigiar... E já há muitas iniciativas nesse sentido. O próprio Ministério da Educação já está trabalhando nessa perspectiva. Nós temos que sair para uma escola que seja contemporânea, que não seja mais aquela tradicionalista, com velhos métodos que nada contribuem para a formação das pessoas nas suas vidas.

Era isso o que tinha a falar inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - Obrigado, Professor.



Eu conheço esse método do Amazonas. Também fui Secretário de Educação no Maranhão, e lá nós tínhamos algumas salas de aula que eu achava que era um sucesso. A Bahia e o Piauí também têm.

É difícil levar um professor de física a um povoado distante. Se ele souber física, ele vai para a capital fazer um melhor curso, como medicina.

O importante desse projeto brasileiro via satélite é que se leve Internet de qualidade para as nossas escolas a um preço acessível. Os alunos que nos assistem agora podem até dizer que na escola deles tem Internet. Sim, mas tem uma Internet de baixa qualidade e cara. Embora eles não paguem, o Estado está pagando caríssimo.

O satélite está parado há 1 ano. Pretendemos ter uma Internet de qualidade a um preço baixo, principalmente no Norte e no Nordeste. Nós vivemos outra realidade. Quero dizer que esse satélite está funcionando na banda X perfeitamente.

Nós vimos na Comissão de Relações Exteriores, nessa mesma audiência pública, depoimentos dos militares dizendo que há segurança quanto ao satélite, não há como ninguém entrar nesse satélite a não ser a Defesa brasileira. Isso está ajudando muito a defesa, está 100%. Na área civil, na banda Ka, nós estamos tendo esses problemas.

Vem uma pergunta, que vou passar também para o Bernardes fazer algum comentário, que é sobre a fala do Prof. Amorim. Esta é a oportunidade de esclarecermos.

A pergunta é a seguinte: *"Como se justifica um satélite de empresa do Governo buscar exclusividade dos projetos de governos sem um processo competitivo com as empresas comerciais, para demonstrar a sua capacidade de ofertar bons serviços a preços menores?"*

Vejam a narrativa que está chegando: a de que não foi feita a concorrência. Isso está se dando por uma empresa... Eu estou dizendo isso porque estou acompanhando esse processo. Eu fui ao TCU, estou acompanhando o processo.

Eu queria que o Jarbas respondesse sobre toda essa discussão do processo licitatório, para que os que estão nos ouvindo possam saber.

Depois eu faço a pergunta para a Professora Dorinha, após o comentário do Amorim.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE - Obrigado, Deputado. Acho que isso o Américo pode esclarecer um pouco melhor, porque na realidade ele é o contratante.



Houve, sim, todo um processo de seleção, uma tentativa de seleção, só que com as novas características que o Ministério definiu: "*Eu não quero mais um acesso de 1 mega com franquia. Eu quero agora o mínimo que uma escola pode ter, que é acesso de 10 megabits por segundo, sem franquia e nas condições de cobertura nacional para equilibrar o preço*". Isso significa que o preço que eu posso levar para São Paulo para instalar é um, e o preço que eu levo para instalar no Maranhão é outro. Mas eu posso equilibrar isso.

Por esse motivo, a licitação seria nacional. Mas não houve nenhum interessado. Os interessados que apareceram junto ao Ministério não tinham condições de atender ao pleito. Por isso que a TELEBRAS foi escolhida. Mas, independentemente disso, eu acho que quando o Governo Federal decidiu, em 2010 — e logicamente depois, quando recriou a TELEBRAS, em 2013 —, executar e produzir esse satélite, estava na visão do Governo Federal ter um artefato próprio para que pudesse estabelecer as políticas públicas através do seu artefato, e não através dos artefatos privados, porque tem muito mais para atender e ganhar dinheiro. O que nós fazemos lá não é para ganhar dinheiro, é para viabilizar uma política pública de atendimento.

Essa foi a visão que o Estado teve na época, de 2010 a 2013, à qual nós agora demos sequência.

Acho que o Américo pode complementar um pouco essa visão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - Com a palavra o Dr. Américo.

O SR. AMÉRICO TRISTÃO BERNARDES - Deputado, o senhor mencionou a questão do Centro de Mídias de Educação. Eu conheço a experiência do Amazonas. Na verdade, eu estive no Estado do Amazonas em 2003, no Colégio Militar de Manaus, quando eles começaram as primeiras experiências de educação a distância nos postos de fronteira.

Dentro do Programa Educação Conectada são previstos 103 centros de mídias. Inclusive, o MEC nos pediu que priorizássemos a conexão desses 103 centros de mídias previstos, exatamente para poder alcançar as escolas onde não há presença de professores especialistas.

Eu não tenho aqui os dados, mas eles são públicos. Nós temos uma quantidade muito grande de escolas multisseriadas no Brasil. Nós temos muitas escolas com apenas



uma sala de aula para o primeiro, para o segundo, para o terceiro e para o quarto ano. A possibilidade de acesso a um centro de mídia, por exemplo, é fundamental para melhorar a formação desses alunos.

Sobre o processo de contratação da TELEBRAS, eu tenho insistido muito nisto: o Ministério realizou um processo público e transparente desde o primeiro momento. É importante que se diga que nós, quando fizemos a prorrogação de contrato — nós temos hoje um conjunto de empresas contratadas, estamos fazendo a migração para a TELEBRAS —, já mencionamos no aditivo contratual que nós iríamos fazer a migração para o SGDC.

É muito estranho que haja essa insistência no sentido de que nós não fizemos um processo público, um processo transparente. O que nós fizemos foi dizer que queríamos um serviço com determinada qualidade, e não nos foi oferecida nenhuma alternativa. Quando chegou o dia do lançamento do Educação Conectada, em 23 de novembro, nós o MCTIC tínhamos que dar uma resposta ao MEC e ao Governo Federal, e efetivamente a resposta que demos foi a contratação da TELEBRAS.

O Jarbas mencionou 10 mil pontos, mas ele também mencionou que nós temos uma lista de 22 mil unidades de saúde que necessitam de conexão satelital. Eu falei: nós estamos contratando 8 mil escolas, mas o nosso horizonte de contratação é de 32 mil escolas. O TCU nos perguntou de onde havíamos retirado esses 50 mil pontos, que é uma estimativa que já circula há mais de 1 ano. É uma conta fácil: são 32 mil escolas rurais que têm algum equipamento de informática, são 22 mil unidades de saúde que estão há mais de 10 quilômetros da sede dos Municípios. Só isso já soma 50 mil. O Jarbas falou também quantos nós temos hoje de contratação de conexão para 80 quilombos. São 3 mil. O Ministério dos Direitos Humanos nos apresentou uma lista de 3 mil quilombos que poderiam ser conectados, e eu falei das 40 mil localidades sem acesso.

Então, ainda existe um problema muito grande. É espantoso que se queira manter um serviço de baixa qualidade, como o senhor mesmo falou, a um custo muito caro. Para evoluir no futuro, de fato temos que ter um grau razoável de competição para que nessas localidades, nessas instituições, haja um serviço de acesso de boa qualidade a um preço razoável tanto para o Estado que está contratando, quanto para aquela pessoa que vai fazer a contratação do serviço.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - Há uma outra pergunta aqui: *"O Programa Educação Conectava vai realmente trazer muitos benefícios ao ensino público no Brasil, mas o ensino não se restringe à sala de aula. Tanto os alunos quanto os professores precisam dessa conexão em sua casa. Como será viabilizada essa conexão? Ela terá a mesma qualidade?"*

O Sr. Jarbas até já respondeu a isso, mas vamos lhe passar a palavra para comentar.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE - Obrigado, Deputado.

Eu acho que especificamente para isso é que nós pensamos no Internet para Todos, para essas 40 mil localidades, onde há unidades de saúde e escolas pública. Isso para que o aluno na escola pública tenha acesso não só à tecnologia educacional, à tecnologia de acesso à banda larga e à Internet mundial, como também possa chegar a casa e comprar acesso a um preço que caiba no seu bolso, como dei o exemplo da Coca-Cola, para continuar utilizando a rede.

O que dissemos lá em Pacaraima foi nesse sentido. Brincamos com um aluno: *"Olha, você está usando aqui alta velocidade, alta tecnologia, está acessando tudo, está tendo aula em tempo real, o que é muito interessante, mas, quando você chegar a casa, você vai poder usar também. Vai ter um programa chamado Internet para Todos, por meio do qual vamos oferecer banda larga de verdade, ou seja, não será banda larga via celular, como a gente hoje universaliza a Internet no Brasil. Será banda larga de 25 megabits por segundo lá na sua casa ou, se você estiver fora, no trabalho ou num campo de futebol, quando for jogar futebol e quiser acessar a Internet para buscar alguma informação e fazer o seu dever de casa. Isso vai ser permitido agora com o programa Internet para Todos nessas localidades".*

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - Inclusive, é bom dizer de forma bem clara que em algumas localidades a Internet é de má qualidade e por um preço caro, e você tem na sua escola.

O que nós queremos? Qualidade na escola e de graça, bem como a possibilidade de em casa comprar o acesso à rede a preços acessíveis, não é isso? Quem sabe não conseguimos fornecer ao professor acesso à Internet em casa, já que é de graça! Mas esse seria outro projeto.



Concedo a palavra à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, uma grande expoente da educação no Brasil.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Sr. Américo, representante do Ministério, e Sr. Jarbas.

Eu queria inicialmente parabenizar a ideia do debate e dizer da preocupação que nós temos, Deputado Gedeão, com a questão da conexão. Tenho acompanhado esse tema. Fui Secretária de Educação em Tocantins por vários anos, e nós sempre lidamos com a ideia do FUST como um "frust", como chamávamos no CONSED, porque nunca virou uma política pública de verdade. Temos preocupação com vários desafios que foram aqui abordados.

O meu Estado é na Região Norte, onde há a questão das áreas indígenas e do ensino no campo, porque pessoas estão espalhadas nas escolas multisseriadas ou dependem do transporte escolar para frequentar uma escola que não tem muito a ver com a sua realidade.

A qualidade do acesso à Internet que chega às escolas e o preço que as escolas pagam pela Internet são muito ruins. Isso é indiscutível. Por isso, acho que o tema precisa ser abordado.

Eu queria fazer a leitura de uma pergunta pertinente em relação ao tema que, em grande parte, já foi abordado. Trata-se do contrato da TELEBRAS com a VIASAT, que está mantida após decisão da Ministra Cármen Lúcia de suspender as liminares.

A pergunta que estou relatando, não vou dizer quem a fez, trata do impedimento da exploração do satélite SGDC pela empresa. *"No entanto, não está sendo executada"*. É a afirmação. *"Isso porque o contrato com o Ministério da Ciência e Tecnologia com a TELEBRAS para execução de políticas de banda larga foi suspenso a partir da decisão do TCU, para realizar auditoria e avaliar a sua legitimidade."* Isso é parte do que os senhores estavam aqui afirmando. *"Mas até que haja decisão do Tribunal e negociações para implementação do Educação Conectada nas áreas rurais, que deveriam ser feitas em primeira instância pelo satélite, essas estão também suspensas. Em relação ao Internet para Todos, a prestação de serviço seria feita pela VIASAT por intermédio da TELEBRAS. Como fica? Como a gente terá a garantia do cumprimento da meta?"* Se não me engano havia uma meta de 6.500 escolas.



Em relação a essa situação específica, que na verdade só piora a situação do atraso que nós temos para a cobertura das escolas públicas, em especial as que têm maior dificuldade, sem querer levantar o desafio da reforma do ensino médio, que precisa muito ter uma Internet de boa qualidade para oferecer programas de computador, é preciso ressaltar que tem de haver um computador por aluno. Isso levanta a necessidade de um equipamento bom para comportar uma Internet de alta qualidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - Sr. Américo Bernardes, pode responder?

O SR. AMÉRICO TRISTÃO BERNARDES - Deputada, se a senhora conhece a realidade de Tocantins, conhece a realidade de metade deste País.

O Jarbas mencionou o Tratado de Tordesilhas e as comunicações. Se pegarmos o oeste de Tordesilhas, praticamente a Região Norte e parte importante do Centro-Oeste, veremos que é essa a realidade. Há escolas com dificuldade de acesso, fora das zonas urbanas. Aí a questão da conexão é um elemento essencial para o acesso às ferramentas de ensino e aprendizagem e também para a questão da gestão.

Nós temos dois momentos sobre os quais o Jarbas relatou há pouco. O primeiro foi a suspensão do contrato da TELEBRAS com a VIASAT. O Jarbas pode até aprofundar um pouco mais sobre isso depois. Isso afetivamente impediu a execução do contrato do Ministério. Nós firmamos o contrato, o Ministério firmou o contrato com a TELEBRAS em dezembro do ano passado. O cronograma de implantação era para ter começado em março deste ano. Por conta da suspensão do contrato TELEBRAS com a VIASAT, ele não foi implantado, e nós ficamos aguardando essa decisão. Quando saiu a decisão da Ministra Cármen Lúcia, levantando aquela liminar, nós comemoramos, porque então começaríamos a implantação, mas veio a decisão do TCU, que agora é sobre o contrato do MCTIC com a TELEBRAS.

Nós entramos ontem com um agravo no TCU, pedindo a revisão dessa decisão, considerando basicamente o que mencionei. Nós hoje já deveríamos, de acordo com o cronograma, ter 4.500 escolas daquelas 6.558 escolas com essa conexão implantada. Há quase 2 milhões de crianças que ainda não receberam esse serviço. Deve começar em setembro, com todas as promessas que o Jarbas nos faz, por mais rápido que seja. Nós já cobramos da TELEBRAS, o Ministério já cobrou uma compressão do calendário, mas,



na melhor das hipóteses, vamos conseguir atender todas as escolas até novembro, ou seja, quando entrarem as férias escolares.

É essa a realidade. Por isso, eu digo que efetivamente nós privamos 3 milhões de alunos de acesso à Internet de banda larga no ano de 2018. Concretamente é esse o prejuízo que está sendo causado. O que que representa isso para o Brasil? Essa é a pergunta. Eu me faço essa pergunta não só como diretor de inclusão digital, mas como professor. Já atuei várias vezes na formação de professores e sei o que representa isso, o que representa esse atraso para o Brasil. Há criança que vai entrar no ensino médio no ano que vem e que nunca teve acesso à Internet. É disso efetivamente que nós estamos falando.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - Concedo a palavra ao Jarbas.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE - Nós fizemos todo o trabalho para a utilização do satélite no ano passado. Pelo Decreto nº 7.175, de 2010, de recriação da TELEBRAS, parte do satélite tem que ser reservada para atender às políticas públicas do Governo Federal e logicamente dos Governos Estaduais e Municipais.

Essa parte do satélite foi reservada, que é da 42% do satélite, banda Ka, para levar banda larga para todos os locais do Brasil, independentemente de onde seja. Aquela parte excedente é para poder fazer parceria com as operadoras e levar banda larga para as residências que hoje não têm acesso e para as áreas rurais do Brasil, para as comunidades e localidades que também não têm, bem como comunicações na viação móvel, etc.

Essa parte durou quase 9 meses. Não houve nenhum interessado entre os que estavam pleiteando a possibilidade. Depois, nós fizemos o mesmo levantamento direcionado a cada uma delas. Também não houve sucesso. Apenas uma das empresas correspondeu, que é a empresa que fez a parceria com a TELEBRAS. E viabilizou-se, então, o projeto. A partir de março, nós instalamos a primeira escola. Houve questionamento disso na Justiça de interessados que achavam que estavam sendo preteridos, porque a TELEBRAS deveria ter feito a parceria com aquela empresa e não com a empresa maior, para ter maior resultado para o Brasil todo. Nós conseguimos demonstrar na Justiça, faz parte até do Custo Brasil. E a Justiça reconheceu e suspendeu a liminar.



Mas, recentemente, houve esta decisão do Tribunal de Contas que questiona o contrato entre o Ministério e a TELEBRAS, porque foi feito por inexigibilidade. Foi feito por inexigibilidade, como o Dr. Américo já apresentou aqui, mas seguiu um processo licitatório público, aberto e não houve interessados. Por não haver interessados, ele tem novos interesses e novas tecnologias para se utilizar o satélite. A pergunta que fica é quanto ao Governo ter investido tanto num satélite para viabilizar essas políticas exatamente nas áreas em que nenhuma das empresas chega. Porque nenhuma empresa hoje do Brasil cobre o Tocantins, como nós cobrimos, não cobre o Amazonas, não cobre o Pará, Roraima, a maioria do Nordeste, com a qualidade e com as características e as potências que a nossa tem.

Por isso que eu acho que, falando de política pública, o Ministério, além de atender do ponto de vista regulatório e legal, também atendeu a política pública. Esperamos que, com este agravo que o Ministério acabou de fazer e os esclarecimentos que foram feitos para a área técnica, o TCU possa reconsiderar e nós, imediatamente, possamos voltarmos a ativar esses pontos e não parar mais, até a conclusão do Projeto de Educação Conectada e também a d Projeto de Saúde Conectada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - Nós aproveitamos a oportunidade e fazemos aqui um apelo público à Ministra Ana Arraes para que dê prioridade a este julgamento, a fim de que possamos realmente avançar.

Eu gostaria de saber se algum assessor gostaria de fazer alguma pergunta para nos auxiliar. *(Pausa.)*

Não há nenhum na plateia.

Então, vou passar a palavra ao Presidente da Frente Parlamentar da Educação.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) - Deputado Pedro, então não há plano B? O plano B é resolver o problema no TCU, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - É, temos que resolver o problema do TCU. Está com a Ministra Ana Arraes, que é do Nordeste, é sensível a isso. Eu a conheço; fui colega aqui do seu filho. Nós vamos fazer todo o apelo possível. É claro que se estiver errado, nada de errado. Mas não vejo nada de errado. Está parecendo, Professora Dorinha Seabra Rezende, antigamente, não agora mais. Era o seguinte: houve algum problema na merenda escolar, suspende a merenda escolar. Aí quem paga é o aluno. Fica sem merenda escolar. Em vez de suspender o gestor, inabilitar o gestor,



suspendiam a merenda escolar. Grande política esta nossa! Parece que agora voltou. Então, ela suspende isso e prejudica quem? Os alunos.

Concedo a palavra ao Presidente da Frente Parlamentar da Educação, Deputado Alex Canziani, futuro Senador pelo Paraná.

O SR. ALEX CANZIANI (Bloco/PTB - PR) - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Pedro Fernandes, meu amigo, meu companheiro, futuro suplente de Senador.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - Olha aí a diferença já. *(Risos.)*

O SR. ALEX CANZIANI (Bloco/PTB - PR) - Só precisamos ver a viabilidade de ganhar a eleição, não é? Às vezes...

É uma alegria muito grande estar aqui. Quero parabenizar V.Exa. que tanta contribuição deu a esta Casa durante cinco mandatos. Com certeza, deixa um grande legado aqui. Hoje, num período eleitoral, V.Exa. faz uma audiência pública para discutir assunto de tal relevância como este.

Eu estava ouvindo o Prof. Américo, quando ele falava da questão dos megas, de 1 mega para 10 megas, e sendo questionado pelo TCU. É um absurdo isso. Nós vemos que uma escola tinha que demandar 100 megas pelo menos, tinha que ser uma coisa muito maior, inclusive.

Eu estive nos Estados Unidos — acho que a Deputada Dorinha estava lá também — e via programas também de outros países com não sei quantos gigas para poderem atender escolas, para que realmente rodem os programas e para que os alunos tenham acesso à tecnologia. Então, acho que é um programa importante, inclusive um PL deve ser votado na própria semana da educação. Nós fomos Relatores de Plenário a respeito do Programa de Inovação Educação Conectada. Eu vejo que isso é fundamental para que o Brasil possa avançar.

Peço desculpas pelo atraso porque tive de atender o Dr. Gláucio, que é Procurador-Geral do Trabalho no Paraná. Dizíamos que 55% das crianças no Brasil chegam aos 8 anos de idade sem saber ler nem escrever corretamente. Vejam o desafio que nós temos pela frente para o Brasil ser um país que realmente ofereça mais oportunidades.

Aqui está a Deputada Professora Dorinha, nossa craque, uma pessoa que tem um grande trabalho voltado para a educação, assim como tantos outros Deputados aqui da nossa Comissão. Eu lamento, porque eu acabei não acompanhando tudo, mas quanto à



questão do satélite, ele subiu, nós vimos um grande evento, mas estava com dificuldade, inclusive está sendo questionado o contrato relativo a esse satélite. E parece que o queríamos, ou seja, a banda larga nas escolas, ainda não está chegando através desse satélite. Não é isso, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - Pois é, o satélite está lá em cima. Começamos a instalar, mas houve uma ação da Justiça para suspender. A Ministra Cármen Lúcia cassou essa liminar, e agora o TCU suspendeu, porque questiona o contrato entre a TELEBRAS e o Ministério. Quer dizer, porque o Governo com o Governo estão se...

Eu já fiz aqui um apelo público à Ministra Ana Arraes para despachar isso, para que a Internet de banda larga de qualidade chegue às escolas.

O SR. ALEX CANZIANI (Bloco/PTB - PR) - Para que eu possa entender: depois de lançado o satélite, quem vai prover o serviço? É o próprio Governo? São empresas? Como está sendo isso? Será que outras empresas no Brasil não teriam a capacidade de apresentar produtos com menores preços? Como ficou essa questão?

Dr. Jarbas, o senhor já deve ter falado sobre isso, mas me desculpe porque acabei não participando; se o senhor puder nos atender nessa demanda, por gentileza.

E quero dizer que estamos à disposição. Vamos juntos falar com a Ministra, porque eu acredito que o mais importante é dar às escolas o acesso a uma banda larga com mais de 10 megas, o que seria um avanço importante tendo em vista a realidade brasileira.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE - Obrigado, Deputado Alex Canziani, do Paraná, Presidente da Frente Parlamentar da Educação.

Foi muito boa a pergunta. Eu pude esclarecer aqui no início que o satélite foi projetado em 2013, para cobrir todo o território nacional, com duas bandas, basicamente. Uma banda se chama banda X, para atender às necessidades de comunicação do Ministério da Defesa, das Forças Armadas brasileiras, a fim de garantir a soberania e a segurança. Está em pleno funcionamento, sem nenhum problema. O processo de contratação da TELEBRAS seguiu o mesmo rito do processo que agora que o MCTIC fez, na época o Ministério da Defesa, pagou pelo uso, antecipadamente, para ter acesso e substituir o satélite privado, porque era importante que o controle do satélite para essas questões ficasse nas mãos do Estado, não apenas no Ministério da Defesa como também



da própria TELEBRAS. E na complementação do satélite incluiu-se a banda Ka, especializada, com a alta tecnologia HTS, que permite levar banda larga de altíssima qualidade a todo o território nacional. Podia ser projetado — e foi — um satélite como os atuais hoje existentes no Brasil. Nós brincamos aqui, no início, chamando de "Tratado de Tordesilhas" das empresas privadas, porque elas atendem só a parte do Brasil que tem rentabilidade, tem lucro e tem acesso. O restante do Brasil, parte do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste não foram atendidos nem projetados por elas, porque se está esperando, talvez daqui a 10 anos ou 15 anos, atender essas áreas que hoje, talvez, sejam consideradas não rentáveis. Nós entendemos o contrário. Acho que, na época, o Governo também. Quando se projetou o satélite, com essa banca específica, outorgou-se à TELEBRAS a possibilidade de utilizar essa banda para levar banda larga para quem? Para a educação, e daí o Projeto Educação Conectada, lançado recentemente pelo Ministério da Educação, em novembro do ano passado. Ele tem toda uma estrutura computacional necessária para as aplicações, para conteúdo digital, para treinamento dos professores, etc., como também para levar o conhecimento aos alunos, principalmente nas áreas rurais do Brasil que ainda não têm acesso.

Esse satélite foi projetado com qualidade de capacidade e de potência para que lá no Chuí, em Brasília, em São Paulo ou no interior do Rio Grande do Sul ou do Paraná, ele tenha a mesma qualidade. Ele foi distribuído por 67 fechos para manter essa qualidade seja onde for no Brasil e para levar a banda larga com qualidade não apenas para os centros, para as capitais, mas também para o interior, para as áreas rurais.

Quando nós assumimos a TELEBRAS, recentemente, fizemos o plano de negócios do uso do satélite e alocamos parte dessa capacidade da banda Ka exclusivamente para atender a educação, como o Américo já colocou, a saúde e a outros projetos sociais do Governo Federal. Então, 42% ficaram exclusivamente para o Governo Federal contratar a TELEBRAS. Mas agora questionam o Governo Federal, no sentido de que não pode contratar a TELEBRAS. Tem que fazer um processo licitatório para ver se existe empresa. O Ministério até fez, mas não apareceu nenhuma empresa com essa capacidade de atender as exigências de que hoje as escolas precisam, como o senhor acabou de colocar.

Nós estamos colocando a velocidade de 10 *megabytes* por segundo, 15 e 20, agora, para começar. Mas como eu disse aqui no início, essas velocidades se multiplicam



rapidamente devido à necessidade. O aluno começa a usar e cada vez mais ele quer conteúdo. Então, dentro de 3 anos, vamos ter de aumentar, de dobrar essa capacidade pelo mesmo preço. Assim ocorre no mundo todo. O senhor colocou muito bem. Alguns escolas hoje, no mundo, têm 1 *gigabyte* por segundo. Às vezes, têm mais. No Brasil, não conheço nenhuma universidade que tenha isso. Talvez algumas universidades, com a RNP, que é uma empresa também ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que leva essa banda larga para universidades que podem ser federais, estaduais, ou não.

O Américo mostrou os números nas escolas aqui. É um absurdo. Hoje, 90% delas têm no máximo 2 *megabytes* por segundo, sem qualidade. Hoje, as que têm 1 mega, é impossível. Em uma das escolas que nós inauguramos, havia 40 computadores parados lá, todos eles lacrados em caixas, com apenas cinco deles funcionando, porque a velocidade que estava disponibilizada não a atendia.

A demanda de hoje e o programa criado pelo próprio MEC exigem essa qualidade. Nós tivemos um impasse judicial de uma empresa interessada. A Justiça entendeu claramente que aquela era uma discussão que não chegava a lugar nenhum. O processo feito pela TELEBRAS era correto. Liberou, então, a TELEBRAS para isso, mas o Tribunal de Contas está questionando o contrato entre o Ministério e a TELEBRAS, como o Américo já comentou. É importante, como o senhor muito bem colocou, o satélite voltar a ter aplicação para a educação, para a saúde, para levar as políticas públicas.

Nós começamos utilizando 42%. Parte dele ficou para a empresa atender o mercado privado, porque não pode atender diretamente. Ela vai atender, por exemplo, as residências, que hoje não têm, bem como as áreas agrícolas do Brasil. Inclusive, há um novo projeto agrícola que estamos desenvolvendo junto com a Confederação Nacional da Agricultura para levar a banda larga também para as fazendas e para as cooperativas. O processo é natural. Para atender essa demanda logo, logo vamos ter que levar outro satélite, porque vai aumentando cada vez mais a capacidade.

O Brasil tem capacidade de ter satélites públicos para atender as necessidades públicas, e compartilhadamente também a própria iniciativa privada para fazê-lo. Acho que existe espaço tanto para a iniciativa privada, quanto para iniciativas do Governo Federal ou dos Governos Estaduais, que hoje já fazem, pagam e querem ter essa educação de qualidade.



Então, está previsto. O projeto deve andar. Assim que a Ministra apreciar o agravo apresentado pelo MCTIC e possa reconsiderar, daremos sequência e vamos ativar, não só na educação, que é fundamental termos o aluno preparado lá de baixo, na escola rural, como também na saúde, pois os postos que precisam dar um atendimento digno à população.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - Muito obrigado.

Na pauta de hoje da Câmara dos Deputados há o requerimento de urgência do PL 9.165, que é do Poder Executivo e institui Política de Inovação Educação Conectada.

V.Exa. é o Relator desse projeto. Hoje é urgência. Vamos votar para ver se até em setembro votaremos o mérito.

Por falar em Tratado de Tordesilhas, Deputado Prof. Gedeão Amorim, ele deu problema na história do Brasil: foi realocado três vezes, depois fomos para o Acordo de Paris, depois houve o acordo da Corte de Lisboa para definir, e o Marquês de Pombal, bravo como era, conseguiu avançar bastante nessa ocupação da Amazônia para o Brasil. Depois veio o Barão do Rio Branco ainda anexando o Acre... É muito complicado.

Até hoje nós ainda estamos lutando com esse Tratado de Tordesilhas para melhorar a Amazônia. É difícil.

Concederei a palavra aos dois palestrantes, começando pelo Dr. Américo Tristão Bernardes para as suas considerações finais e encaminhar para o encerramento.

O SR. PROF. GEDEÃO AMORIM (MDB - AM) - Sr. Presidente, posso me antecipar um pouco?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PROF. GEDEÃO AMORIM (MDB - AM) - Dr. Jarbas, primeiro acho que o senhor responde, mas eu gostaria de uma resposta mais contundente sobre a capacidade efetiva de cobertura ampla para todas as escolas do País. Queria saber se esse satélite é o bastante. Em certo momento, o senhor falou da possibilidade de mais um satélite, etc.

O Dr. Américo sabe disto e V.Exa. também, Sr. Presidente, porque já foi Secretário, já teve experiência, de que as escolas, mesmo as públicas, têm iniciativas próprias, por meio de seus próprios recursos, das associações. Portanto, há aí uma série de iniciativas de provimento de Internet e há contratações, inclusive de satélite, como são os casos dos centros de milhas que fomos replicando pelo Brasil. Vamos poder desonerar essas iniciativas e contar com a disponibilização do satélite estatal?



O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE - A resposta é sim, ele é totalmente desonerado. O Programa GESAC tem em seu bojo essa grande vantagem, ou seja, ao se contratar uma empresa privada fora do Programa GESAC, paga-se, no mínimo, o ICMS a mais. Então, isso encarece em 40% o custo. No projeto do Governo, é totalmente desonerado e, no Programa Internet para Todos, nas localidades, também. A população que lá está, o aluno que vai fazer uso na sua casa, quando sair da escola, também vai ter um acesso que vai caber no seu bolso, que também é desonerado.

Eu concordo plenamente com a sua afirmação. E, cada vez mais, quando nós falamos de banda, a necessidade aumenta assim que as pessoas começam a usar. Por isso nós já estamos pensando em outros satélites, e as empresas também. Acho que o Brasil é muito grande. Cabe, sim, a oportunidade para todas as operadoras privadas, como também para a operadora estatal.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - Concedo a palavra ao Sr. Jarbas para fazer suas considerações finais.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE - Obrigado, Deputado, por mais esta oportunidade de discutir tema tão importante — ainda mais nesta Comissão de Educação, que é uma das Comissões, eu diria, mais importantes da Casa —, mostrando uma das facetas que nós estamos tentando viabilizar, que é levar tecnologia às áreas que mais precisam.

Agradeço profundamente. Estou à disposição. Quantas vezes a Comissão e os Deputados quiserem, estaremos aqui presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - Concedo a palavra ao Sr. Bernardes.

O SR. AMÉRICO TRISTÃO BERNARDES - Mais uma vez quero agradecer o convite e pedir desculpas pela voz. Não estava fazendo parte de nenhuma torcida no final de semana, foi um ar-condicionado que acabou com ela.

Só darei alguns detalhes sobre a questão que o Deputado Alex mencionou. Nós procuramos as empresas, eu acho importante insistir nisso. Acontece que Internet de alta capacidade em banda Ka só existe na faixa litorânea. Então, se o senhor procurar — nós e a TELEBRAS, na verdade, poderíamos lhe mostrar, porque temos esses dados —, verá que toda a Região Norte e uma parte do Centro-Oeste não têm cobertura de alta capacidade. E o problema que nós temos é o seguinte: se fizermos um contrato na região



litorânea e tentarmos um outro contrato na região, vamos chamar assim, a oeste de Tordesilhas, veremos uma grande diferença causada por uma elevação muito grande e a possibilidade de ausência de prestação de serviço. Então, é nesse caso que nós temos de fazer essa mediação, e nós fizemos. Agora, salientando, o processo é público e está à disposição de qualquer um.

Deputado Prof. Gedeão Amorim, só reforçando, o Programa de Inovação Educação Conectada é uma parceria do Governo Federal com os Estados e Municípios. Essas escolas que nós estamos colocando foram as escolas de Municípios que manifestaram interesse. O senhor sabe que, na Região Norte, uma conexão satelital de 1 mega, se for comprada no varejo, sai por volta de 5 mil reais. Nós fomos procurados por uma reitora de um instituto federal da Região Norte que estava pagando 17 mil reais por 2 mega de conexão. Nós estamos pagando 700 reais por 10 megas. Acho que essa é uma informação importante.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - Sem franquia.

O SR. AMÉRICO TRISTÃO BERNARDES - Sem franquia. Inclusive, no agravo que fizemos, nós colocamos isso muito claramente: temos uma conexão de 10 megas por 700 reais sem franquia.

É de fato uma parceria do Governo Federal com Estados e Municípios, e os Municípios apresentam a sua adesão ao programa. O Município tem que se comprometer com o plano pedagógico; o Município tem que se comprometer a utilizar as tecnologias para o processo de ensino e aprendizagem, para que haja formação de seus professores. Então, não é simplesmente dizer: "Ah, eu quero uma conexão". Existe um compromisso efetivo.

Finalmente, Deputado Pedro Fernandes, muito obrigado pelo convite. O Ministério e a Secretaria de Telecomunicações estão à disposição. Sempre que formos convocados, viremos aqui para esclarecer, para aprofundar o assunto, que todos nós entendemos ser um assunto estratégico para o desenvolvimento deste País. Não há como fazer educação sem que nós tenhamos acesso a todas essas ferramentas disponíveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. Bloco/PTB - MA) - Eu quero agradecer ao Sr. Jarbas Valente, ao Sr. Américo Bernardes, a todos os seus assessores que aqui compareceram, a todos que assistem a esta reunião, aos Deputados Prof. Gedeão



Amorim, Professora Dorinha Seabra Rezende e Alex Canziani, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação.

Gostaria de dizer que nossa intenção é divulgar mais ainda a questão do satélite. Eu acho que essa é uma grande revolução na área da educação brasileira, na área da saúde, na área dos serviços públicos, na área da defesa. Eu ouvi depoimentos de generais sobre como é extraordinária a cobertura do satélite geoestacionário para a defesa: o uso de satélite não só cobre o Brasil, com todos os seus 8 milhões de quilômetros quadrados, mas chega a 20 mil, porque atinge praticamente a costa da África, o que deixa a área toda coberta na questão da defesa. Então, nosso papel aqui é divulgar e ver esse interesse.

Agora, o grande diapasão que a pessoa tem que entender é o seguinte: na minha região, por exemplo, nós temos Internet de baixa qualidade e caríssima, e o que esse satélite propõe é Internet de alta qualidade a preços acessíveis. Essa é que é a luta.

E, quando o Jarbas diz que precisamos pensar em outros satélites, ele fala a verdade. Esse satélite tem uma vida útil de 18 anos, e 1 ano já se foi. Tenho medo de mais 1 ano. E aí?

Nós aprovamos aqui a divisão dos *royalties* do petróleo entre todos os Estados brasileiros, Prof. Gedeão Amorim, já que a plataforma continental é do Brasil. A Ministra Cármen Lúcia sentou e até hoje não decidiu, e um Estado como o Piauí recebe menos do que certos Municípios. Então, são decisões que precisam ser dadas para acabar com as esperanças.

Vou fazer esse apelo novamente à Ministra Ana Arraes, para que decida prontamente sobre esse assunto. Estou pedindo uma audiência com ela. Vou convidar o Deputado Alex Canziani e outros Deputados que dela queiram participar para nós irmos lá discutir.

Antes de encerrar os trabalhos, agradeço a presença de todos e convoco reunião deliberativa ordinária desta Comissão, a ser realizada amanhã, dia 8 de agosto de 2018, neste plenário, para tratar itens da pauta.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.